

Do livro

Antonio Houaiss

1. É costume, hoje em dia, reconhecer no livro um objeto cultural evanescente. É de fato possível que os recursos técnicos que se estão desenvolvendo na linha eletrônica e da cibernética venham a lograr produzir com tal facilidade e personalização de uso objetos sucedâneos do livro, que venham a ser o “livro” de amanhã. Não será improvável que tal “livro” venha a ter algumas das seguintes características novas: a) será o livro antigo (quero dizer, o atual), seja, uma composição com caracteres convencionais que representem uma cadeia fonológica da nossa cadeia falada e/ou escrita e/ou mentada – prestando-se, nesse caso, a todos os fins atuais dos livros atuais, quer de poesia, ficção, arte dramática, quer de técnicas e ciências e filosofias e etceteras; b) encerrará um índice incomparavelmente mais expedito, pelo número de entradas e referências (inclusive para fins lexicográficos exaustivos), pois localizará quase instantaneamente o que se contiver no “livro”, fazendo-o mesmo, cumulativo ou crítico ou comparativo, ou tudo isso junto; c) ampliar-se-á na sua capacidade portadora ou exibidora, pois poderá oferecer concomitantemente, para cotejos, passagens várias de outros “livros” ou livros (que ainda perdurarem...); d) poderá ser conexões explicitamente estabelecidas com quaisquer outros universos informáticos ou semiológicos. E o que se diz aqui de *livro*, com aspas ou sem elas, dir-se-ia de quaisquer periódicos, de quaisquer textos

que hoje em dia constituem o cosmo da matéria verbalizada e gráfica.

1.1 Isso será um avanço incomparável, se perdurar um traço do livro de hoje, do ponto de vista do usuário; e esse traço será (é) o de poder ser levado, sob o sovaco (ou axila), para um cantinho e manuseado ao sabor dos caprichos estritos do usuário solitário (ou a dois, a seu critério): o velho ideal de estar num cantinho com seu livrinho – *in angello cum libello*.

1.2 Esse horizonte é um dos futuríveis da comunicação “livresca”. É que esse horizonte comporta outros futuríveis. Por exemplo, o “livro” pode ser enriquecido pelo icônica (estática, isto é, fotográfica, ou cinética, isto é, cinematográfica), pela fônica (glótica, melódica, rítmica, musical, sonora, insonora, acústica, anacústica) e, se quiser, pela sensorial de quaisquer sentidos (tácteis, para os cegos ou quase e os lúbricos ou quase, olfativos, gustativos etc. etc. etc.).

2. Esse horizonte ampliado não é o da aldeia global. Esta “ortodoxamente”, supõe, a um tempo, uma total direção centralizada, com total massificação e uniformização da informação, com total domínio da oralidade: massificação é despersonalização ou robotização, e oralidade é, se plena, a impotência da intercomunicação crítica em nível de busca de mudanças estruturais: a oralidade pode conseguir o estertor ou estrebuchinho da massa, mas não pode, já hoje, dar ao homem um projeto crítico, uma postura teórica um anseio utópico, isto é, uma teoria política. A aldeia global é essencialmente estacionária, imobilista, automatizadora e acrítica – com muita efervescência de formigueiro, com o que não quero ofender as formigas, apenas estabelecer uma esquecível diferença.

3. Entre a atualidade do livro e a do “livro” parece impossível pensar o tempo de trânsito – pode ser gradual, pode ser por fases, pode ser subitâneo, pode ser remoto, pode ser dentro de anos poucos, pois está na linha do horizonte, repito. O futuro dirá, provavelmente, que os dois tipos de *livro* – o com aspas e o sem elas – perdurarão, para fins diferentes, consoante as opções que venham a ser socialmente gestadas em função dos leitores e “leitores”. Seja como for o futuro, o livro é o instrumento de cultura fundamental (ou o instrumento fundamental de cultura) – ainda que com características lúdicas muito precárias, se comparado com os outros meios sociais de comunicação e informação escritas (os periódicos e afins, revistas, magazines) ou vistas (as artes visuais, a fotografia, o cine-

ma, os videocassetes) ou teleouvidas (o rádio) ou televistas (a televisão) ou tudo isso, portátil e de seleção pessoal, dentro do mercado abundantista, por reserva acumulada dos diferentes instrumentos citados e seus combinatórios personalizados.

4. Esse instrumento fundamental de cultura teve, no Brasil, fortuna (sorte, azar) muito vária:

a) na cultura popular emergiu – com provável irradiação no Nordeste e, depois, um pouco por todo o território nacional – a tradição oral, mnemônica – memória fixada ou suportada pela métrica, rimas e estrofes, hauridas no romanceiro luso e peninsular, oral e literatado também, em folhas volantes lá chegadas Deus sabe como: é o “livro” (com aspas para outros fins, que não os antecipatórios), em verdade o folheto, de 8 a 32 páginas, segundo as dobras do “caderno”; oral, deve vir do século XVIII, dos entraves da língua portuguesa; escrito, deve ser dos fins do século XIX e inícios deste [XX], neste caso com uma fortuna (sorte) incomparável: cada folheto, destinado a ser lido por quem saiba ler em voz alta para ser ouvido pela família e agregados, para uma grei, para um grupo, para uma ocorrência de gente, uma expansão notável, que continua a cumprir seu destino unificador, de língua, de ideais, de aspirações, de reivindicações, de informações, não havendo ainda razões convincentes para garantir-nos que sua função seja a de manter em estado retardatório e reacionário o psiquismo do auditório, digo também e sobretudo da audiência junto à qual floresce; antes pode ser visto como uma forma de resistência a todos os tipos de – como as podemos chamar hoje – modernizações conservadoras;

b) na cultura dita erudita, ou “superior”, ou “propriamente dita”; nesse caso, o livro tem tido fortuna equívoca, uns o acham com enorme sorte, outros com enorme azar, bem entendido, mau azar.

5. Como estou no segundo caso, em lugar de arrolar alguns títulos de que podemos, mesmo sem ufanismos, orgulhar-nos (viria desde os apógrafos de Gregório de Matos, passaria por momentos altos como Antônio Manuel de Almeida, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Mário de Andrade e chegaria a Carlos Drummond de Andrade), busco dar minhas razões porque suspeito que no Brasil o livro teve má, péssima fortuna (mau zambo, mau azar, má sorte, urucubaca, em suma):

- a) não tivemos impressão no Brasil senão com a vinda da família real portuguesa; as ocorrências anteriores, contáveis por poucos dedos de uma só mão, são fatos premonitórios, mas ainda assim marginais;
- b) os manuscritos brasileiros anteriores àquilo se imprimiram em Portugal; até inícios do século XIX, quando Portugal e Brasil deviam ter, cada um, 3,5 milhões de habitantes, há muitas razões para crer que os letrados em Portugal só chegavam a 2% e no Brasil 0,5%, seja, 70 mil portugueses letrados (ou, como se passará entre nós a dizer pelo fim do século XIX, alfabetizados) e cerca de 16 mil brasileiros;
- c) boa parte da impressão de livros brasileiros do século XIX a primeiras décadas do século XX se fez na Europa, parte na Alemanha, parte em Portugal, grande maior parte na França; nesta, chegou a haver revisores *sur place* (é o que parece induzirem pesquisas recentes) portugueses, que pensariam em não poucos casos os escritos dos nossos autores por demais crioulamente abasileirados à sensibilidade dos “donos” da língua (e durante muito tempo à própria sensibilidade senhorial brasileira, desejosa de classificar-se em face do vulgo);
- d) mas o fato é que, no quadro librário brasileiro, excluídos os livros importados (alguns alemães, italianos, mais espanhóis, bem mais franceses), dentre os quais um certo número de didáticos (*physique, chimie, médecine, diritto...*), temos sido – em época em que a só concorrência para o livro, de início, era o teatro e o sarau e, depois, também o cinema incipientemente, mais as festividades religiosas e para-religiosas, qual o carnaval-entrudo –, temos tido um baixíssimo consumo (editoração e leitura) de livro: estamos amarrados há muito tempo em torno de 1 livro/*per capita/per annum*: é que dois movimentos paralelos se eliminam nos seus efeitos livrescos. A saber: de um lado, o percentual de alfabetizados (desde os que vão de apenas soletrar ou apor seu nome num papel, até os poucos que escrevem fluentemente ou falam e leem alcandoradamente) vem aumentando, sendo crível que, dos 20% de 1922, seja, 4 milhões, sejamos hoje algo em torno de 60-70%, ao mesmo tempo que o surto editorial cresce, mas perdurando o maldito 1 livro/*per capita/per annum*, contra 14 a 20 (e até 30 ou mais) em países com tradição cultural livresca e desenvolvimento cultural não necessariamente consumista. É que, de outro lado, se antes as solicitações evasionistas eram relativamente limitadas, hoje são altamente alimentadas, promocionadas, prestigiadas e arteinssimamente industrializadas – desde espetáculos como o futebol e outros circenses afins, passando pelo

teatro de massa, pelo pornocinema, pela pornofotografia, pelos eventos, até o rádio e a televisão, que, não se contentando com audiências de milhões de pessoas, querem tê-las se possível sideradas durante 20 das 24 horas do dia – o resto seria paíra dormir, a fim de refazer-se para as 20 horas do dia seguinte.

5.1 Esse pode ser tido como um quadro caricatural. Mas, bem pensado, se tem suas tinturas de pessimismo, é verdadeiro, sem elas. Não é, assim, um quadro promissor. Há piedosas intenções de transformar os circenses e os baixo lúdicos em fatos culturais – o que é não apenas uma intenção, mas um fato, um sintoma, uma síndrome cultural mesma. Mas consumista e alienante, pelo menos no que se refere à capacidade do homem de pensar e produzir seus próprios bens materiais e espirituais com que manter-se e manter o consumismo. Na impossibilidade disso, importa-se saber, importa-se fazer, importa-se defender e cria-se, intensamente, incapacidade, inoperância, improdutividade.

5.2 Nesse quadro, o livro é elo fundamental para a liberdade física, espiritual, intelectual, mental, moral: é sua linguagem a só capaz de permitir no usuário-leitor a maturação personalizada de uma ideia própria, de uma noção própria, de um conceito próprio, de uma estrutura, de um sistema – microscópico ou macroscópico –, permitindo-lhe que a adesão ou a divergência à grei sejam atos lúcidos de consciência e não um mero efeito de massificação, de mensagens ou lavagens cerebrais – mais facilmente obtíveis em usos central e uniformizadamente padronizados, capazes, pela sistemática, de criarem robotizações irrecuperáveis, não apenas de grupo ou minoria, senão que de povos e nações – a caminho dos flagelos da guerra, que, total, já por duas vezes castigou neste século a humanidade.

5.3 Do mínimo ao máximo, do particular ao geral, do espécime ao gênero, do caso à regra, do concreto ao abstrato, da existência à essência, do fenômeno ao número ou nómeno, do real ao imaginário, do real ao fictício, do real ao irreal, do real ao mítico, do real ao divino, do real ao diabólico, do real ao real – tudo cabe no livro e só no livro se encerra de modo que possa ser ruminado, repensado, repesado, relido, re-sentido, re-re, aos embalos personalíssimos do usuário. Pelas eras por virem, o livro ou “livro” precisa ser o centro, como veículo e vetor e instrumento, de todos os fazeres e saberes. É que ele porta a capacidade do mais humano, isto é, do mais especificamente humano de todos os nossos caracteres: o pensa-

mento, o pensamento racional, capaz até de gestar as irracionalidades, os irracionalismos, os misticismos e as ilusões – essas coisas aí que exigem a linguagem dialética e línguas cuja riqueza estrutural e lexical possa dar-lhes significantes aptos.

6. Não sabemos se falamos há três ou dois milhões de anos. Mas parece-nos verdade que, de uns poucos pares de milênios a esta data, saltamos, em matéria de línguas, para um novo estádio. Há traços linguageiros que podem distinguir inequivocamente esses dois estádios.

6.1 No primeiro estádio é de crer que três traços linguageiros – que são socialmente e culturalmente e historicamente intrínsecos a cada língua, às línguas, mas de modos diferenciais –, três traços, dizíamos, prevaleceram sempre:

- a) as unificações linguageiras se faziam seguir, quase de pronto, das diferenciações, de modo que, ao se ter uma língua comum oral, uma *koiné*, de pronto ela tendia a se diferenciar em dialetos, em breve, em unidades locais não intercomunicantes, vale dizer, línguas autônomas;
- b) por sua oralidade pura, pela escassa divisão do trabalho, tais línguas ou *koinés* eram necessariamente pobres de léxico;
- c) é de crer que, mesmo quando arcaizantes ou estáveis semanticamente, cada língua tendia a diferenciar-se no tempo com fortes modificações fonéticas e morfossintáticas.

6.2 O advento da escrita vem permitindo a inversão do processo nesses três traços:

- a) as unificações linguísticas, etnocidas e glotocidas, estão tendendo a prevalecer em impérios colossais, comportando um uso dir-se-á estável e universalista (o escrito) e instáveis e localistas (os orais), que, pelos modernos meios de comunicação de massa, são trazidos ao padrão oral-escrito ou são freados nas suas tendências à diferenciação pelo padrão oral-escrito (quer dizer, o que, para ser “oral”, antes é escrito – como ocorre na maioria dos usos das comunicações de massa “orais”);
- b) por sua reserva gráfica e pela imensa divisão do trabalho e conseqüentemente terminológica, tais línguas comuns são necessariamente ricas em léxico (o latim e o grego, cada um, em cerca de dois mil anos de uso escrito, chegaram a “acumular” um léxico de 40 mil palavras, quando as línguas naturais ágrafas contemporâneas teriam no máximo 3 a 5 mil; qualquer língua de cultura do tipo a que nos estamos nos referindo, emersas

para a escrita na Idade Média, isto é, cerca de sete séculos de uso escrito, já acusa um léxico de 400 mil palavras);

c) por isso, ainda que modificando-se no espaço e no tempo, tais línguas comuns estão revelando forte tendência estabilizadora: a pulverização linguística “socionatural” do passado pré-literato, corresponde forte ímpeto à unificação sociocultural do presente.

6.3 O fato é que essas línguas – que são poucas, e o português (com suas variantes, nestas e a brasileira, conspícua pelo número de usuários e extensão do seu ecúmeno, potencialmente imenso) é uma delas – sobrevivem graças à palavra escrita, ou melhor ainda, à palavra literatada. Em termos teóricos, a condição humana não é intrinsecamente melhor porque se exprime anglofônica, francofônica, russofônica ou etceterafonicamente. Entretanto, nenhuma das culturas nacionais conexas com tais línguas aceita subordinar-se a qualquer outra: a razão é de prestígio, orgulho ou nacionalismo, é algo mais profundo: nas condições histórico-sociais vigentes no mundo, sotoposição linguístico-cultural se acompanha de exploração material, da qual os povos buscam libertar-se, mesmo se incendiando-se em guerras. Subjaz, assim, na esperança dos homens pacíficos e construtores, o ideal de isonomia cultural com isonomia de relações materiais e espirituais, o que, em última análise, afastaria explorações e guerras. Sem esforço de imaginação, é fácil compreender que uma cultura que, com independência nacional, desenvolve tais ideais, essa é ou será uma cultura *sã* – ou potencialmente *sã*. O livro é um instrumento desses objetivos – e o menos oneroso. Continua sendo o livro – ou, mais precisamente, a palavra escrita e suas sequelas orais – o que gera o teatro, o cinema, o rádio, a televisão, em suma, todas as técnicas, ciências e artes com que se difundem técnicas, ciências e artes, os saberes, os fazeres e os prazeres.

7. É dentro desse quadro histórico-cultural que o livro se situa, com caracteres próprios em cada cultura librária, à vezes em cada região. Se sua “presença” deriva da estrutura social mesma – eis que há ainda muitos povos ágrafos – nas estruturas que o comportam e que o pedem sua presença é extremamente *vária*. E em todos os casos é objeto de uma política – a política do livro.

7.1 Há sociedades em que o mero subsídio fiscal basta para que o livro perdure e floresça. Há outras em que, dando-se-lhe quase tudo, ele deperece ou não floresce.

7.2 O Brasil, estamos mais para uma metade do contínuo do que para a outra. E, se omito se estamos na massa próspera ou na degradada, é porque me parece estarmos equidistantes dos dois pólos considerados – situação em que no meio não está a virtude, muito antes pelo contrário.

8. Um dos passos fundamentais dados pelo homem a favor do livro – depois que o papel se industrializou maciçamente, que a composição se beneficiou a ponto de hoje poder ser computadorizada e a impressão atingiu velocidades fabulosas, com quase correspondente eficácia no alceamento e encadernação – foi a padronização e/ou normalização. Isso se deu – para citar alguns exemplos – com o corpo dos tipos, com a tipologia, com a mancha, as dobragens, os formatos, em suma, com a fisicidade quase inteira dos materiais do livro. Isso permitiu-lhe entrar pelas escolas adentro, pelas bibliotecas, pelas casas até humildes, pelos bolsos adentro. Mas não bastou nem basta. Havia e há problemas de normalização do seu aspecto estrutural, da sua mensagem mesma, do seu conteúdo de ideias, da sua própria forma de expressão gráfica para maior (veja-se bem), para maior liberdade autoral e editorial.

8.1 Normalização, se tornada camisa-de-força ou fórmula fixa, é anti-normalização. O que se quer é um conjunto de regras – regras variáveis, quase sempre, senão que sempre – graças às quais o secundário não se transforme em tropeço ou obstáculo para a criação do principal, antes pelo contrário, o secundário se faça ancilar e adjutório do principal, sobretudo no facilitar a leitura, o manuseio, a localização, a recuperação do principal e suas informações. Nessa área – cuja necessidade é geralmente sentida como indisputável –, o risco é transformar o instrumento da normalização como apoio do que se tem em vista em algo que venha a ser mais importante mesmo do que o que se tem em vista. Autores capazes de incidirem nessa deformação – sejam individuais, sejam colegiados – melhor fariam se não se fizessem autores.

9. Esse fato vem, de pouco tempo a esta data, constituindo uma tomada de consciência coletiva no Brasil, na área da criação autoral – sobretudo não ficcional, poética ou dramática – e na da correspondente editoração. Trata-se de um passo à frente em favor do livro, que o beneficiará, beneficiando a todos.

10. Irene de Meneses Dória dispensa louvores. É uma notável trabalhadora da área da normalização, graças aos seus conhecimentos bibliográficos, bibliotécnicos, bibliosóficos. É da área, com proficiência exemplar. Trata o livro amorosamente, como, aliás, todos deveríamos fazer, embora poucos o façam.

10.1 É de sua autoria o texto “Preparo e apresentação de originais”¹, que reputo admirável, com o roteiro, guia, aconselhamento e síntese. Despretensiosamente, ela apresenta-o como anteprojeto, para vir, acaso, a tornar-se norma futura (após discussão colegiada) da ABNT. Já naveguei alguma vez por águas tais, sei dos escolhos que esperam os marinheiros inexpertos, admiro, assim, quem, como Irene de Meneses Dória, não só chega a porto seguro, mas sabe dar o rumo aos que a ele desejam chegar.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1981.

Nota

1. Ver Revista *Comum* vol. 2, n. 9. Rio de Janeiro: Facha, 1985. pp.15-53.